



Estado do Paraná

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 28 de outubro de 2024.

Ilmo. Senhor Prefeito Municipal: **JAIME DA SILVA STANG**

Por meio do presente, solicito a Vossa Excelência que sejam tomadas as medidas que objetivem a contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Justifica-se a contratação de empresa especializada para locação de veículo devidamente caracterizado como "Trenzinho do Papai Noel", para levar a população pelas ruas da cidade para admirar a decoração e compartilhar do clima natalino. O veículo será utilizado para o transporte dos munícipes, de forma gratuita, pelos pontos decorados da cidade.

Um evento de sucesso conta com boas atrações para engajar seu público e melhorar a sua interação. O trenzinho agrega alegria e tempo de qualidade para as crianças, criando uma memória saudável de infância que influência na vida adulta. Oferecer esses passeios na cidade é sinônimo de proporcionar mais uma grande opção de lazer e socialização aos munícipes.

A locação do trenzinho tem o intuito de fortalecer e manter esse espírito natalino tão importante nos cidadãos esperancenses e visitantes que passam por esta cidade nestas ocasiões.

Quanto aos valores aqui informados, declaro que foi realizado pesquisa de preços entre empresas do ramo os quais estão de acordo com o preço real de mercado. Por fim coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos de possíveis dúvidas. Sendo assim os serviços a serem contratados são os seguintes:





Estado do Paraná

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR TOTAL
1	Locação de veículo devidamente caracterizado	SERVIÇO	1	R\$ 17.000,00
	como "Trenzinho do Papai Noel, conforme as se-			
	guintes especificações:			
	Com capacidade mínima de 45 passageiros			
	sentados e mais um espaço adaptado para ca-			
	deirante;			
	_ Elevador de acesso hidráulico para cadeirante;			
Ì	_ No mínimo dois vagões. Som automotivo ins-			
	talado em ambos os vagões reproduzindo can-			
	ções natalinas, direção hidráulica; freios a ar			
	com rodado duplo em ambos os vagões, adap-			
	tado para realizar voltas em rotatórias e ruas;			
	_ Devidamente iluminado e estilizado com deco-			
	ração natalina;			
	_ Motorista habilitado; Combustível, manuten-			
	ção, peças e demais fatores para perfeito funci-			
	onamento inclusos no orçamento.			
	_ A empresa responsabiliza-se pela licença junto			
	ao órgão responsável pelo transporte.		ļ	
	O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para	1		
	utilização pelo período de 03 dias em dezembro			
	de 2024, sendo:			
	* 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs			
	* 21/12/2024 - sábado das 19:00 as 21:00hrs			
	* 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs,			
	totalizando 10 horas de serviços prestados;			
	_ O percurso a ser realizado pelo veículo deverá			
	ser informado pelos organizadores; O veículo		Ì	
	deverá chegar em local e horário a ser combi-		ļ	
	nado no mínimo 01 hora antes da abertura da			
	programação;			
	_ A carga horária diária poderá ser modificada			
	mediante acordo entre as partes desde que não			
	diminua da carga horária contratada.			
VALOE	R MÁXIMO ESTIMADO:		R\$ 17.	000,00

Documento assinado digitalmente

MARIA INES RODRIGUES
Data: 28/10/2024 09:31:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA INÊS RODRIGUÊS

Responsável pelo Dpto. De Cultura

Empresa: TRENINO CONTENTO LTDA

Endereço: Rua Mato Grosso, 441 - Francisco Beltrão-PR

CNPJ: E-mail: 56.108.781/0001-97

trem.maffe@gmail.com

Telefone: whatsapp (46) 98825-7686 / (46) 99938-0600

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Total
щ	Locação de veículo devidamente caracterizado como "Trenzinho	Serviço	ы	R\$ 17.000,00
	do Papai Noel, conforme as seguintes especificações: _ Com capacidade minima de 45 passageiros sentados e mais um			
	espaço adaptado para cadeirante; Flevador de acesso hidráulico para cadeirante:			
	No mínimo dois vagões. Som automotivo instalado em ambos os vagões reproduzindo canções natalinas, direção hidráulica; freios			
	a ar com rodado duplo em ambos os vagões, adaptado para realizar	-		
	voltas em rotatórias e ruas;			
	Devidamente iluminado e estilizado com decoração natalina;			
	_ Níotorista habilitado; Combustível, manutenção, peças e demais			
	ratores para perreito funcionamento inclusos no orçamento.			
	The indicate politabilita se beig likelika jariko ao olgao iespolisave	`		
	pelo transporte.			
	O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para utilização pelo período de) de		
	03 dias em dezembro de 2024, sendo:	_		
	* 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs			
	* 21/12/2024 - sabado das 19:00 as 21:00hrs			
	* 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs			
	Totalizando 10 horas de serviços prestados;		•	
	_ O percurso a ser realizado pelo veículo deverá ser informado pelos			
	organizadores; O veículo deverá chegar em local e horário a ser			
	combinado no mínimo 01 horas antes da abertura da programação;		····	
	A carga horária diária poderá ser modificada mediante acordo entre	9 G		
	as partes desde que não diminua da carga horária contratada.			

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias



PROPOSTA DE PREÇOS - NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

INDICAÇÃO DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ANDREA DE MOURA

CNPJ 40.318.138/0001-58

REPRESENTANTE: ANDREA DE MOURA CARGO: Proprietária

CARTEIRA DE IDENTIDADE RG 7.983.824-1 E CPF 028.240.499-60

ENDEREÇO:Rua Luiz Favretto, 73, Pato Branco - PR

TELEFONE: (46) 99110-0267

BANCO:085 Agência:113 N° DA CONTA BANCÁRIA 33226-7

ENDEREÇO ELETRONICO: malu.andrea@gmail.com

TEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR
	Locação de veículo devidamente caracterizado			
	como "Trenzinho do Papai Noel, conforme as			
L	seguintes especificações:	Serviço	1	R\$22.000,00
	Com capacidade mínima de 45 passageiros			
	sentados e mais um espaço adaptado para cadeirante;			
	_ Elevador de acesso hidráulico para cadeirante;			
	_ No mínimo dois vagões. Som automotivo			
	instalado em ambos os			
	vagões reproduzindo canções natalinas, direção			
	hidráulica; freios			
	a ar com rodado duplo em ambos os vagões,			
	adaptado para realizar			
	voltas em rotatórias e ruas;			
	_ Devidamente iluminado e estilizado com	ļ		
	decoração natalina;			
	_ Motorista habilitado; Combustível,			
	manutenção, peças e demais			
	fatores para perfeito funcionamento inclusos no			<u> </u>
	orçamento.			
	_ A empresa reponsabiliza-se pela licença junto			
	ao órgão responsável			
	pelo transporte.			
	O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para			
	utilização pelo período de			
	03 dias em dezembro de 2024, sendo:			
	* 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs			
	* 21/12/2024 - sabado das 19:00 as 21:00hrs			
	* 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs			
	Totalizando 10 horas de serviços prestados;			
	_ O percurso a ser realizado pelo veículo deverá			
	ser informado pelos			
	organizadores; O veículo deverá chegar em local			
	e horário a ser			

combinado no mínimo 01 horas antes da		
abertura da programação;		
_ A carga horária diária poderá ser modificada		
mediante acordo entre as partes desde que não	ĺ	Ì
 diminua da carga horária contratada.		

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Pato Branco 25 de outubro de 2024.

40 318 138 Assinado de forma digital por 40 318 138 ANDREA DE DE MOURA:4031 NOURA:40318138000158 Dados: 2024.10.25 No.14:22 -03'00'

ANDREA DE MOURA 40.318.138/0001-58

EMAIL: malu.andrea@gmail.com

FONE: 46 99110 -0267



PROPOSTA DE PREÇOS - NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

RAZÃO SOCIAL: LC MENON LTDA CNPJ 52.241.428/0001-20 e INSCRIÇÃO ESTADUAL: 91027802-96 REPRESENTANTE: Luiz Carlos Menon CARGO: Proprietário CARTEIRA DE IDENTIDADE RG 7.312.304-6 E CPF 029.332.729-70 ENDEREÇO:Rua Clarice Soares Cerqueira 1040, Pato Branco - PR

TELEFONE: (46) 99971-6318

BANCO:085 Agência:113 Nº DA CONTA BANCÁRIA 1758713-1

ENDEREÇO ELETRONICO: lcmenon@gmail.com

TEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR
	Locação de veículo devidamente caracterizado			
	como "Trenzinho do Papai Noel, conforme as			
1	seguintes especificações:	Serviço	1	R\$25.000,00
	Com capacidade mínima de 45 passageiros			
	sentados e mais um espaço adaptado para			
	cadeirante;			
	_ Elevador de acesso hidráulico para cadeirante;			
	_ No mínimo dois vagões. Som automotivo			
	instalado em ambos os			
	vagões reproduzindo canções natalinas, direção			
	hídráulica; freios	<u>{</u> .		
	a ar com rodado duplo em ambos os vagões,			
	adaptado para realizar			
	voltas em rotatórias e ruas;			
	_ Devidamente iluminado e estilizado com			
	decoração natalina;			£
	_ Motorista habilitado; Combustível,			
	manutenção, peças e demais			
	fatores para perfeito funcionamento inclusos no			
	orçamento.			-
	_ A empresa reponsabiliza-se pela licença junto	Ì		
	ao órgão responsável			
	pelo transporte.			
	O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para			
	utilização pelo período de	}		
	03 dias em dezembro de 2024, sendo:			
	* 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs	1		
	* 21/12/2024 - sabado das 19:00 as 21:00hrs			
	* 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs			
	Totalizando 10 horas de serviços prestados;	Ì		1
	_O percurso a ser realizado pelo veículo deverá			
	ser informado pelos			
	organizadores; O veículo deverá chegar em local			
	e horário a ser			
	combinado no mínimo 01 horas antes da		İ	Ī
	abertura da programação;			



mediante acordo entre as partes desde que não diminua da carga horária contratada.

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias

Pato Branco 25 de outubro de 2024.

40 318 138 ANDREA DE

Assinado de forma digital por 40 318 138 ANDREA DE

MOURA:4031 58

MOURA:403181380001

8138000158 Dados: 2024.10. 10:16:13 -03'00'

Dados: 2024.10.25

LUIZ CARLOS MENON 52.241.428/0001-20 **LUIZ CARLOS MENON** CPF 029.332.729-70 RG 7.312.304-6





Estado do Paraná

TERMO DE REFÊRENCIA

1.O presente documento apresenta a especificação referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO CARACTERIZADO COMO "TRENZINHO DO PAPAI NOEL" PARA AS FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, PARANÁ.

2. OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

- 2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO CARACTERIZADO COMO "TRENZINHO DO PAPAI NOEL" PARA AS FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, PARANÁ, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2. Os serviços a serem contratados são os seguintes, com as especificações técnicas conforme solicitação de contratação de serviços emitida pelo Departamento de Cultura:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR TOTAL
1	Locação de veículo devidamente caracterizado como "Trenzinho do Papai Noel, conforme as seguintes especificações: _Com capacidade mínima de 45 passageiros sentados e mais um espaço adaptado para cadeirante; _ Elevador de acesso hidráulico para cadeirante; _ No mínimo dois vagões. Som automotivo instalado em ambos os vagões reproduzindo canções natalinas, direção hidráulica; freios a ar com rodado duplo em ambos os vagões, adaptado para realizar voltas em rotatórias e ruas; _ Devidamente iluminado e estilizado com decoração natalina; _ Motorista habilitado; Combustível, manutenção, peças e demais fatores para perfeito funcionamento inclusos no orçamento A empresa responsabiliza-se pela licença junto ao órgão responsável pelo transporte. O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para utilização pelo período de 03 dias em dezembro de 2024, sendo: * 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs * 21/12/2024 - sábado das 19:00 as 21:00hrs * 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs, totalizando 10 horas de serviços prestados; _ O percurso a ser realizado pelo veículo deverá ser informado pelos organizadores; O veículo deverá chegar em local e horário a ser combinado no mínimo 01 hora	SERVIÇO	1	TOTAL R\$ 17.000,00
	antes da abertura da programação; _ A carga horária diária poderá ser modificada mediante acordo entre as partes desde que não diminua da carga			
	horária contratada. R MÁXIMO ESTIMADO:		R\$ 17.0	00.00

Fone: (46) 3546-1144 - Av. Iguaçu, 750 - CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Pr.





Estado do Paraná

3. JUSTIFICATÍVA

- **3.1.** Justifica-se a contratação de empresa especializada para locação de veículo devidamente caracterizado como "Trenzinho do Papai Noel", para levar a população pelas ruas da cidade para admirar a decoração e compartilhar do clima natalino. O veículo será utilizado para o transporte dos munícipes, de forma gratuita, pelos pontos decorados da cidade.
- **3.2.** Um evento de sucesso conta com boas atrações para engajar seu público e melhorar a sua interação. O trenzinho agrega alegria e tempo de qualidade para as crianças, criando uma memória saudável de infância que influência na vida adulta. Oferecer esses passeios na cidade é sinônimo de proporcionar mais uma grande opção de lazer e socialização aos munícipes.
- **3.3.** A locação do trenzinho tem o intuito de fortalecer e manter esse espírito natalino tão importante nos cidadãos esperancenses e visitantes que passam por esta cidade nestas ocasiões.

4. SELEÇÃO DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

4.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75, II, da Lei N°. 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- **5.1.** Os passeios serão realizados conforme trajeto a ser definido pelo Departamento de Cultura deste Município. Para tanto, o veículo deverá chegar ao local a ser informado por esta municipalidade com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente preparado para o início dos passeios.
- **5.2.** O motorista deverá ser devidamente habilitado e o veículo deverá atender as normas de segurança de veículos de transporte recreativo.
- **5.3.** O veículo deverá estar todos os dias limpo, organizado e com todos os itens de segurança, sonorização e decoração revisados e em perfeito funcionamento.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O Departamento solicita que o contrato tenha vigência de 90 (noventa) dias.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **7.2.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.3. A Contratada obriga-se a:
- 7.3.1. Garantir a qualidade dos serviços prestados, efetuando o fornecimento os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de Referência.
- 7.3.2. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, respondendo por todos os danos, perdas e prejuízos.
- 7.3.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

Fone: (46) 3546-1144 - Av. Iguaçu, 750 - CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Pr.





Estado do Paraná

- 7.3.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 7.3.5. Responder por todo e qualquer dano resultantes de omissão, negligência, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela contratante.
- 7.4. A Contratante obriga-se a:
- 7.4.1. Verificar minuciosamente a conformidade da execução dos serviços com as especificações constantes neste instrumento e da proposta;
- 7.4.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.4.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviços no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- 7.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8. DO PAGAMENTO

475)

- **8.1.** O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa contratada.
- **8.2.** O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número da dispensa, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante, a Contratada deverá ter conta pessoa jurídica em nome da mesma para que possa ser efetuado o pagamento.
- **8.3.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral, a contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal as certidões negativas relativas a âmbito Federal, FGTS e Trabalhista.
- 8.4. A partir da determinação da <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 2145/2023</u>, o município deve reter o IRRF Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago pelo ente público, a alíquota do IRRF constante na Tabela de Retenção (anexo I), que está estabelecida na <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012</u>. O anexo estabelece as alíquotas e a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. Com o novo procedimento, as empresas devem obrigatoriamente destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte nos Documentos Fiscais emitidos para o Município. Não sendo seguidas as orientações, a nota fiscal será devolvida para correção.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. O contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado, gerenciado e avaliado pelo Departamento de Cultura desta municipalidade.
- **9.2.** Ao fiscal do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir qualquer dúvida e pendencia que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117 da Lei N°. 14.133/2021.

Fone: (46) 3546-1144 - Av. Iguaçu, 750 - CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Pr.





Estado do Paraná

- **9.3.** Durante a vigência do contrato, a execução do mesmo será acompanhada e fiscalizada por servidora designada, Sra. Maria Inês Rodrigues, que assumirá a função de fiscal do Contrato, nos termos do art. art. 117 da Lei Nº. 14.133/2021.
- **9.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador do serviço, ainda que resultem de condições técnicas ou vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente prestação de serviços correrão a conta dos recursos previstos na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CATEGORIA

govbr

Documento assinado digitalmente

MARIA INES RODRIGUES

Data: 28/10/2024 09:32:47-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA INÊS RODRIGUES
Responsável pelo Dpto. De Cultura





Estado do Paraná

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 28 de outubro de 2024.

DE: Sr. Jaime da Silva Stang - Prefeito Municipal

PARA: Sra. Maria Edina de Oliveira - Contadora Municipal

Diante do solicitado através do Departamento de Cultura, eu Jaime da Silva Stang, portador do CPF N°. 718.246.349-00, na qualificação de Prefeito Municipal, tendo em vista a necessidade da contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, venho através deste requerer a Vossa Senhoria os bons préstimos de nos fornecer informações quanto à disponibilidade de dotação orçamentária, para realização de dispensa de licitação, conforme documentos em anexo.

Informo que o valor máximo estimado para esta dispensa de licitação é de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Encaminha-se ao Departamento Contábil para análise e emissão de parecer.

Cordialmente,

JAIME DA SILVA STANG:71824634900 STANG:71824634900

Assenado de forma digital por JAIME DA SILVA STANGO 1874634900 DNI- CRR, ONE-Peissal, our-AC SOLUTI Mullippla v5, our-Renovaceo Eletronica, our-Cettificeo Digital, our-Cettificed PF A1, renal/MED DA SILVA STANGO 1874634900 Dados 2024-1028 09:09:046-09:007

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal





Estado do Paraná

PARECER CONTÁBIL

Em atenção à solicitação de compra expedida pela Secretaria de Administração e posteriormente a Comunicação Interna do Poder Executivo para que seja verificada a existência de recursos orçamentários para contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do papai noel para as festividades de natal no município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme condições estabelecidas no Terno de Referencia.

Há recursos orçamentários para assegurar as obrigações conforme dotação prevista na Lei Orçamentária, sendo que o valor previsto a ser gasto será de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), de acordo com o descrito na solicitação de compra, este valor é uma previsão de gastos a ser utilizada durante um ano, a partir deste dá se continuidade ao andamento do processo.

As despesas correrão por conta das dotações dispostas no quadro abaixo, consignadas no orçamento da Secretaria/Departamento responsável pela execução do objeto:

Orgão	Cod. Desp.	Natureza da Despesa	Valor
03.01	2816	33.90.39.00	
TOTALIZAND	00		17.000,00

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 29 de outubro de 2024.

MARIA EDINA DE Assinado de forma digital por MARIA EDINA DE OLIVEIRA:603484 OLIVEIRA:60348402953 Dados: 2024.10.29 09:13:52-03'00'

MARIA EDINA DE OLIVEIRA

Contadora Municipal





Estado do Paraná

AUTORIZAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 30 de outubro de 2024.

No uso das atribuições que foram conferidas a mim, na situação de Prefeito Municipal, considerando o disposto no edital de dispensa de licitação, AUTORIZO que seja dada sequência ao processo e que sejam realizados todos os procedimentos necessários e que os mesmos estejam de acordo com a legislação vigente, diante do exposto, comunico ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

A Comm

co odnikio de **2024**%

YAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal

mina, na situação de **Prefeito**na na lacidação, nu EQRIZO

realizaçãos hodos sos sos some legis**lação**;

cara las provi**dências**;

que le la procedimenta procedimenta vigente, dura necessarias





Estado do Paraná

EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, PR, torna público que, por meio da Secretaria Municipal de Administração realizará Dispensa por limite, com critério de julgamento, **menor preço**, na hipótese do <u>art. 75</u>, inciso II, nos termos da <u>Lei n.º 14.133</u>, de 1º de abril de 2021, do <u>Decreto</u> Municipal nº 51/2023, e demais normas aplicáveis.

Data limite para apresentação das propostas e documentação: 05 de novembro de 2024 às 09h00min.

*Será considerado o horário de Brasília/DF para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 - OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação são oriundas da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CATEGORIA
03.01	2816 04.121.003.2.005		339039000000

3 - DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor global máximo estimado para a contratação será de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), conforme previsto no Termo de Referência em anexo.

4 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, fazendo referência a DISPENSA POR LIMITE, ou protocolados, em envelope devidamente identificado, diretamente no Departamento de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal, à Avenida Iguaçu, 750, Centro, Nova Esperança do Sudoeste/PR, até as 09h00min do dia 05 de novembro de 2024.

5 – HABILITAÇÃO

- **5.1.** As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
 - I) Contrato Social, última alteração, autenticada em cartório ou digitalmente;
 - II) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - III) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
 - IV) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;







Estado do Paraná

- V) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- VI) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- VIII) Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade; (será considerado dentro do prazo de validade, 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão).
- IX) Declaração unificada, conforme modelo do edital.

6 – PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1.** A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.
- **6.2.** As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- **6.3.** Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo ser menor do que o valor estipulado pela administração.
- **6.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, as empresas serão convocadas para apresentaram nova proposta conforme o disposto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133/21, perdurando o empate entre as empresas, serão adotados os critérios constantes no art. 60 da Lei nº 14.133/21.
- **6.4.** Caso não haja proposta apresentadas até a data e horário estipulados ou elas não sejam aceitas por não cumprirem com os requisitos do edital, será contratado a proposta de menor valor obtida na pesquisa de preços que serviu de base para o procedimento, desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7 – DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado pelo contratante até o 30 (trinta) dias do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
- 7.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **8.1.** Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa de licitação por valor, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- **8.2.** O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- **8.3.** A anulação do presente procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- **8.4.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.
- **8.5.** Aplica-se ao presente Edital o Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, as disposições constantes dos <u>arts.</u> 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nova Esperança do-Sudoeste, 30 de outubro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal





Estado do Paraná

TERMO DE REFÊRENCIA

1.O presente documento apresenta a especificação referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO CARACTERIZADO COMO "TRENZINHO DO PAPAI NOEL" PARA AS FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, PARANÁ.

2. OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

- 2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO CARACTERIZADO COMO "TRENZINHO DO PAPAI NOEL" PARA AS FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, PARANÁ, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2. Os serviços a serem contratados são os seguintes, com as especificações técnicas conforme solicitação de contratação de serviços emitida pelo Departamento de Cultura:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR
				TOTAL
1	Locação de veículo devidamente caracterizado	SERVIÇO	1	R\$ 17.000,00
	como "Trenzinho do Papai Noel, conforme as	_		
	seguintes especificações:			
	_Com capacidade mínima de 45 passageiros			
	sentados e mais um espaço adaptado para			
	cadeirante;			
	_ Elevador de acesso hidráulico para cadeirante;			
	_ No mínimo dois vagões. Som automotivo			
	instalado em ambos os vagões reproduzindo			
	canções natalinas, direção hidráulica; freios a ar			
	com rodado duplo em ambos os vagões, adaptado			
	para realizar voltas em rotatórias e ruas;			
	_ Devidamente iluminado e estilizado com			
	decoração natalina;			,
	_ Motorista habilitado; Combustível,			
	manutenção, peças e demais fatores para perfeito			
	funcionamento inclusos no orçamento.			
	A empresa responsabiliza-se pela licença junto			
	ao órgão responsável pelo transporte.			
	O "Trenzinho do Papai Noel" será locado para			
	utilização pelo período de 03 dias em dezembro		i	
	de 2024, sendo:			
	* 15/12/2024 - domingo das 18:00 as 22:00hrs * 21/12/2024 - sábado das 19:00 as 21:00hrs			
	* 22/12/2024 - domingo das 19:00 as 21:00hrs,			
	totalizando 10 horas de serviços prestados;			
	O percurso a ser realizado pelo veículo deverá			
	ser informado pelos organizadores; O veículo			
	deverá chegar em local e horário a ser combinado	<u> </u>		







Estado do Paraná

no mínimo 01 hora antes da abertura da	
programação;	
A carga horária diária poderá ser modificada	
mediante acordo entre as partes desde que não	
diminua da carga horária contratada.	
VALOR MÁXIMO ESTIMADO:	R\$ 17.000,00

3. JUSTIFICATIVA

- **3.1.** Justifica-se a contratação de empresa especializada para locação de veículo devidamente caracterizado como "Trenzinho do Papai Noel", para levar a população pelas ruas da cidade para admirar a decoração e compartilhar do clima natalino. O veículo será utilizado para o transporte dos munícipes, de forma gratuita, pelos pontos decorados da cidade.
- **3.2.** Um evento de sucesso conta com boas atrações para engajar seu público e melhorar a sua interação. O trenzinho agrega alegria e tempo de qualidade para as crianças, criando uma memória saudável de infância que influência na vida adulta. Oferecer esses passeios na cidade é sinônimo de proporcionar mais uma grande opção de lazer e socialização aos munícipes.
- **3.3.** A locação do trenzinho tem o intuito de fortalecer e manter esse espírito natalino tão importante nos cidadãos esperancenses e visitantes que passam por esta cidade nestas ocasiões.

4. SELEÇÃO DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

4.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75, II, da Lei N°. 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- **5.1.** Os passeios serão realizados conforme trajeto a ser definido pelo Departamento de Cultura deste Município. Para tanto, o veículo deverá chegar ao local a ser informado por esta municipalidade com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente preparado para o início dos passeios.
- **5.2.** O motorista deverá ser devidamente habilitado e o veículo deverá atender as normas de segurança de veículos de transporte recreativo.
- **5.3.** O veículo deverá estar todos os dias limpo, organizado e com todos os itens de segurança, sonorização e decoração revisados e em perfeito funcionamento.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O Departamento solicita que o contrato tenha vigência de 120 (cento e vinte) dias.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **7.2.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.3. A Contratada obriga-se a:
- 7.3.1. Garantir a qualidade dos serviços prestados, efetuando o fornecimento os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de Referência.





Estado do Paraná

- 7.3.2. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, respondendo por todos os danos, perdas e prejuízos.
- **7.3.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 7.3.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 7.3.5. Responder por todo e qualquer dano resultantes de omissão, negligência, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela contratante.
- 7.4. A Contratante obriga-se a:
- **7.4.1.** Verificar minuciosamente a conformidade da execução dos serviços com as especificações constantes neste instrumento e da proposta;
- **7.4.2.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- **7.4.3.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviços no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- 7.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa contratada.
- **8.2.** O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número da dispensa, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante, a Contratada deverá ter conta pessoa jurídica em nome da mesma para que possa ser efetuado o pagamento.
- **8.3.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral, a contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal as certidões negativas relativas a âmbito Federal, FGTS e Trabalhista.
- **8.4.** A partir da determinação da <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 2145/2023</u>, o município deve reter o IRRF Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago pelo ente público, a alíquota do IRRF constante na Tabela de Retenção (anexo I), que está estabelecida
- na <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012</u>. O anexo estabelece as alíquotas e a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. Com o novo procedimento, as empresas devem obrigatoriamente destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte nos Documentos Fiscais emitidos para o Município. Não sendo seguidas as orientações, a nota fiscal será devolvida para correção.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- **9.1.** O contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado, gerenciado e avaliado pelo Departamento de Cultura desta municipalidade.
- 9.2. Ao fiscal do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir qualquer dúvida e pendencia que surgirem no curso de







Estado do Paraná

sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117 da Lei Nº. 14.133/2021.

- **9.3.** Durante a vigência do contrato, a execução do mesmo será acompanhada e fiscalizada por servidora designada, Sra. Maria Inês Rodrigues, que assumirá a função de fiscal do Contrato, nos termos do art. art. 117 da Lei N°. 14.133/2021.
- **9.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador do serviço, ainda que resultem de condições técnicas ou vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente prestação de serviços correrão a conta dos recursos previstos na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE .	CATEGORIA
03.01	2816 04.121.003.2.005		339039000000

MARIA INÊS RODRIGUES

Responsável pelo Dpto. De Cultura







Estado do Paraná

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA (documento obrigatório) (papel timbrado da licitante)

À Comissão de Licitações

Do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná Ref.: DISPENSA POR LIMITE
Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:
() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.
2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)







Estado do Paraná

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: Telefone: () Banco: C/C: Chave Pix (se houver):
8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em informar o Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
9) Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob n.º, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente a Dispensa e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA







Estado do Paraná

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

(documento obrigatório) (papel timbrado da licitante)

À Comissão de Licitações

		Nova Espera SA POR LIN	nça do Sudoe ⁄IITE	ste, Estado d	o Para	aná		
CNPJ:	DA EI	MPRESA:					,	
	dade Di						o da presente licitado I do edital, confo	
Lote	Item	D	escrição do Serv	iço	Qtd	Valor Unit	Valor Total	
		Valor	Total					
Valor		total	da	propos	ta:	R \$		
Declar Dispen	_	ue os serviço	s cotados atei	ndem a todas	s as es _j	pecificações d	o Anexo I do Edita	l do
encargo	os socia	is, obrigações	stão incluídas s trabalhistas, p entos e outras	previdenciária	as, fisc	ais e comercia	entos, impostos, tax is, assim como desp ntratação.	as e esas
		DA PROPOS proposta.	STA COMER	CIAL:		60 (sesse	enta) dias a partir da	data
LOCA	LEFO	ORMA DE E	XECUÇÃO:	Conforme Ed	ital.			
PAGA	MENT	O: Conforme	e Edital.					
DEMA	AIS CO	NDIÇÕES: (Conforme Edit	tal				
DATA	\:							
			NOME	E E ASSINAT	ΓURA	DO		

8

REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA





Estado do Paraná

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº xx/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2024

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. JAIME DA SILVA STANG, brasileiro, solteiro, inscrito no RG nº 1958087-3 SESP-PR, CPF/MF nº 718.246.349-00, residente e domiciliado em Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, e do outro lado, a empresa,, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede no Município de, Estado do Paraná, na, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo seu administrador, Sr, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº, RG nº, têm certo e ajustado a prestação de serviço adiante especificado, que foi objeto de procedimento licitatório na modalidade de Dispensa, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo Edital da licitação em epígrafe e seus anexos e demais legislação aplicável e mediante as seguintes condições, ratificado em CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO 1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme quantidades e especificações técnicas mínimas relacionadas abaixo e constantes da proposta da contratada que passa a fazer parte integrante deste contrato:								
			UN	DESCRIÇÃO	PRESTADOR SERVIÇO		UNIT	TOTAL
CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO 2.1. Os passeios serão realizados conforme trajeto a ser definido pelo Departamento de Cultura deste Município. Para tanto, o veículo deverá chegar ao local a ser informado por esta municipalidade com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente preparado para o início dos passeios. 2.2. O motorista deverá ser devidamente habilitado e o veículo deverá atender as normas de segurança de veículos de transporte recreativo. 2.3. O veículo deverá estar todos os dias limpo, organizado e com todos os itens de segurança, sonorização e decoração revisados e em perfeito funcionamento.								
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR 3.1. Pela prestação de serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$, (
UNIDA	DE.	<u> </u>	DOTA	ÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONT	E	CATEGO	DRIA
03.01				816 04.121.003.2.005			33903900	





1251

Н.

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE



Estado do Paraná

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTOS E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) nesta dispensa, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2. O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante, a Contratada deverá ter conta pessoa jurídica em nome da mesma para que possa ser efetuado o pagamento.

5.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral, a contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal as certidões negativas relativas a âmbito Federal, FGTS e Trabalhista.

5.4. A partir da determinação da <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 2145/2023</u>, o município deve reter o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago pelo ente público, a alíquota do IRRF constante na Tabela de Retenção (anexo I), que está estabelecida na <u>Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012</u>. O anexo estabelece as alíquotas e a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. Com o novo procedimento, as empresas devem obrigatoriamente destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte nos Documentos Fiscais emitidos para o Município. Não sendo seguidas as orientações, a nota fiscal será devolvida para correção.

5.5. O valor do presente contrato não será reajustado.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados á CONTRATANTE, ou a terceiros decorrentes do objeto deste contrato, inclusive, mortes, perdas ou descrição parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições descritas no presente edital e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados. Parágrafo Primeiro - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Verificar minuciosamente a conformidade da execução dos serviços com as especificações constantes neste instrumento e da proposta;

b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviços no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

d) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.

e) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Garantir a qualidade dos serviços prestados, efetuando o fornecimento os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de Referência.

b) Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, respondendo por todos os danos, perdas e prejuízos.





Estado do Paraná

- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- e) Responder por todo e qualquer dano resultantes de omissão, negligência, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

8.1. Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por "ANEXO ou TERMO ADITIVO" que integrarão o Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 9.2. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, neste Pregão e no Contrato.
- 9.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Multa:
- I Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
- II Compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.
- c) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).





Estado do Paraná

- 9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei n° 14.133, de 2021).
- 9.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **9.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **9.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- **9.15.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO

10.1. Adotar práticas de anticorrupção, observando e fazendo observar, em toda gestão, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução, evitando práticas corruptas e fraudulentas;

10.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou







Estado do Paraná

obstrutivas ao participar de licitação ou de contratos financiados com recursos repassados pela esfera estadual. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
- c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
- e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.
- 10.3. Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no § 2º do art. 138 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado de acordo com o contido nos artigos 106, 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. O contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado, gerenciado e avaliado pelo Departamento de Cultura desta municipalidade.
- 13.2. Ao fiscal do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato, bem como dirimir qualquer dúvida e pendencia que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117 da Lei N°. 14.133/2021.
- 13.3. Durante a vigência do contrato, a execução do mesmo será acompanhada e fiscalizada por servidora especialmente designada, Sr^a Maria Ines Rodrigues, a qual assumirá a função de fiscal do Contrato, nos termos do art. art. 117 da Lei Nº. 14.133/2021.
- 13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador do serviço, ainda que resultem de condições técnicas ou vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1. O presente contrato está vinculado aos termos do Edital de Licitação, referente a Dispensa







Estado do Paraná

Processo Licitatório nº xx/2024 e seus anexos, bem como à Proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ASSINATURA

16.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10°, parágrafo 2° da MP 2200-1/2001 e do art. 6° do Decreto 10.278/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Salto do Lontra – PR, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Nova Esperança do Sudoeste, PR,

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE CONTRATANTE JAIME DA SILVA STANG Prefeito Municipal

CONTRATADO Administrador

Nome:	Nome:
RG n°:	RG n°:
Ass:	Ass:



TESTEMUNHAS:





Estado do Paraná

AVISO DE DISPENSA POR LIMITE

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 51/2023, torna público aos interessados que a administração municipal pretender realizar a Contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no site oficial do Município, oportunidade em que a administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Limite para a apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação: 05 de novembro de 2024 às 09h00min.

A proposta de preços, juntamente com os demais documentos de habilitação, deverá ser entregue no setor de licitações do Município ou enviada no e-mail licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, até a data e horário limite acima estabelecido.

O edital/termo de referência da dispensa por limite estará disponível no site oficial do Município www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Agente de Contratação pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 30 de outubro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal

TIAGO MARTINS

Agente de Contratação

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 31 de Outubro de 2024

Ano XIII – Edição Nº 3230

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

AVISO DE DISPENSA POR LIMITE

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 51/2023, torna público aos interessados que a administração municipal pretender realizar a Contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no site oficial do Município, oportunidade em que a administração escolherá a proposta mais vantaiosa.

Limite para a apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação: 05 de novembro de 2024 às 09h00min.

A proposta de preços, juntamente com os demais documentos de habilitação, deverá ser entregue no setor de licitações do Município ou enviada no e-mail licitacao@ novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, até a data e horário limite acima estabelecido.

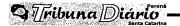
O edital/termo de referência da dispensa por limite estará disponível no site oficial do Município www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Agente de Contratação pelo endereço eletrônico licitacao@ novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 30 de outubro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG	TIAGO MARTINS
Prefeito Municipal	Agente de Contratação

Cod438502



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE AVISO DE DISPENSA POR LIMITE

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 51/2023, torna público aos interessados que a administração municipal pretender realizar a Contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como "trenzinho do papai noel" para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no site oficial do Município, oportunidade em que a administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Limite para a apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação: 05 de novembro de 2024 às 09h00min.

A proposta de preços, juntamente com os demais documentos de habilitação, deverá ser entregue no setor de licitações do Município ou enviada no e-mail licitacac@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br. até a data e horário limite acima estabelecido.

O edital/termo de referência da dispensa por limite estará disponível no site oficial do Município www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Agente de Contratação pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperanca do Sudoeste, Paraná, em 30 de outubro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG Prefeito Municipal TIAGO MARTINS Agente de Contratação

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2024

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, torna público que no dia 13 de setembro de 2024, às 09h00min, no endereço acima mencionado, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao: Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de materiais de construção destinado aos vários Departamentos Municipais para a manutenção dos prédios públicos do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Critério de julgamento: Menor preço por item/grupo de itens. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 13 de novembro de 2024, no endereço eletrônico: Compras gov br (www.compras.gov.br).

Os interessados em participar da presente licitação, vão encontrar o edital e seus anexos nos sites <u>Compras.gov.br</u> (www.compras.gov.br) e www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 29 de outubro de 2024.

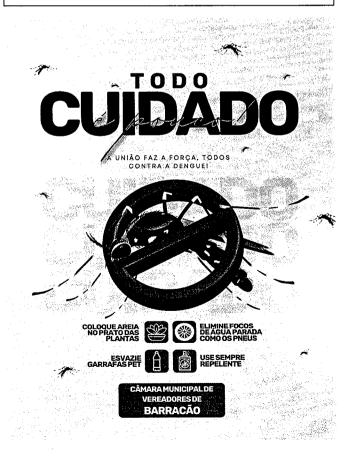
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

TIAGO MARTINS
Pregoeiro



O Outubro Rosa é o mês de conscientização e prevenção ao câncer de mama. A campanha incentiva a detecção precoce através de exames regulares e promove o apoio e cuidado às mulheres afetadas.





TRENINO CONTENTO LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CNPJ: 56.108.781/0001-97 NIRE: 41212717646

ADALGISA KUNZ MAFFESSONI, brasileira, casada sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, nascida em 20/05/1974, portador da Carteira de Identidade nº. 6.270.791-7 SESP/PR, inscrita no CPF nº 955.999.329-15, residente e domiciliada Rua Mato Grosso, nº 441, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280, único sócio da empresa TRENINO CONTENTO LTDA, tendo sua sede à Rua Mato Grosso, nº 441, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41212717646 em 26/07/2024, inscrita sob o CNPJ nº 56.108.781/0001-97, resolve assim alterar o contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ENDEREÇO

Fica alterado o endereço da sede da empresa que passa a ser na Rua Mato Grosso, nº 441, Sobrado nº 03 Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL

Fica alterado o objeto social da empresa que passa a ser: 49.50-7/00 - Trens turísticos, teleféricos e similares, 82.30-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DA ATIVIDADE

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, entretanto poderá ser dissolvida a qualquer tempo, desde que observada a legislação vigente. A sociedade iniciou suas atividades em 26 de julho de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO

Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

TRENINO CONTENTO LTDA CNPJ: 56.108.781/0001-97 NIRE: 41212717646 CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

ADALGISA KUNZ MAFFESSONI, brasileira, casada sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, nascida em 20/05/1974, portador da Carteira de Identidade nº. 6.270.791-7 SESP/PR, inscrita no CPF nº 955.999.329-15, residente e domiciliada Rua Mato Grosso, nº 441, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280, único sócio da empresa TRENINO CONTENTO LTDA, tendo sua sede à Rua Mato Grosso, nº 441, Sobrado nº 03 Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41212717646 em 26/07/2024, inscrita sob o CNPJ nº 56.108.781/0001-97, resolvem, consolidar seu contrato social que passará a reger-se pelo que está contida nas clausulas a seguir:

TRENINO CONTENTO LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CNPJ: 56.108.781/0001-97 NIRE: 41212717646

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade empresaria limitada unipessoal girará sob o nome empresarial de **TRENINO CONTENTO LTDA**, será regida por este contrato social, pelo contido Lei nº 10.406/2002 CC.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade limitada unipessoal terá a sua sede na Rua Mato Grosso, n° 441, Sobrado n° 03 Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Presidente Kenedy, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP: 85.605-280, que é seu domicilio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seus sócios, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto social da sociedade limitada unipessoal será: 49.50-7/00 - Trens turísticos, teleféricos e similares, 82.30-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de duração da sociedade empresaria unipessoal é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos em 26 de julho de 2024. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser altera para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA – Passa a constituir o capital social da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA UNIPESSOAL a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente no País, encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

%	Quotas	Valor R\$
100%	20.000	R\$ 20.000,00
100%	20.000	R\$ 20.000,00
	100%	100% 20.000

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SETIMA – Ficam dispensadas reuniões de sócios e a lavratura de ata de prestação de contas assim como a publicação e registro da mesma, conforme preceitua o artigo 70 da Lei Complementar nº 13/2006.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de falecimento do único sócio a sociedade limitada unipessoal poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLÁUSULA NONA – A sociedade será administrada pelo sócio-administrador já qualificado **ADALGISA KUNZ MAFFESSONI**, o qual compete privativa e individualmente ou em conjunto o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

TRENINO CONTENTO LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CNPJ: 56.108.781/0001-97 NIRE: 41212717646

Parágrafo Único – O sócio fará jus a uma retira mensal de pró-labore a ser fixada anualmente, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa da sociedade.

CLÁUSULA DECIMA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido as prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade, conforme determina o artigo 1065 da lei 10.406 de 10/01/2003 do Código Civil.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA — O sócio declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A sociedade empresária terá como nome fantasia LOCOMOTIVA DA ALEGRIA.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – O sócio declara que a atividade se enquadra em Micro Empresa – ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no paragrafo 4º do artigo 3º da mencionada lei. (Art. 3º, I, LC 123/2006).

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – Fica eleito o foro de Francisco Beltrão, Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assina o presente contrato, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si.

Francisco Beltrão/PR, 31 de julho de 2024.

ADALGISA KUNZ MAFFESSONI



MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TRENINO CONTENTO LTDA consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)
CPF/CNPJ	Nome
95599932915	ADALGISA KUNZ MAFFESSONI



CERTIFICO O REGISTRO EM 31/07/2024 18:49 SOB N° 20245582061.
PROTOCOLO: 245582061 DE 31/07/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410875743. CNPJ DA SEDE: 56108781000197.
NIRE: 41212717646. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/07/2024.
TRENINO CONTENTO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL www.empresafacil.pr.gov.br



SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

AVITA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

DATA DE ABERTURA COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26/07/2024 56.108.781/0001-97 CADASTRAL MATRIZ NOME EMPRESARIAL TRENINO CONTENTO LTDA PORTE TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ME LOCOMOTIVA DA ALEGRIA CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.50-7-00 - Trens turísticos, teleféricos e similares CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada NÚMERO COMPLEMENTO LOGRADOURO COND RES MONACO/SOBRADO 3 441 R MATO GROSSO MUNICIPIO BAIRRO/DISTRITO FRANCISCO BELTRAO PR PRES KENNEDY 85.605-280 TELEFONE ENDEREÇO ELETRÔNICO (46) 8825-7686 TREM.MAFFE@GMAIL.COM ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/08/2024 às 09:11:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

26/07/2024



ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Comissão de Licitações

Do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: DISPENSA POR LIMITE

Pelo presente instrumento, a empresa TRENINO CONTENTO, CNPJ nº 56.108.781/0001-97, com sede na Rua Mato Grosso, 441, Bairro Presidente Kenedy – Francisco Beltrão - PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- (X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é a Sr.(a) Adalgisa Kunz Maffessoni, Portador(a) do RG sob nº 6.270.791-7 e CPF nº 955.999.329-15, cuja função/cargo é sócio administrador responsável pelo contrato.
- 7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: trem.maffe@gmail.com Telefone: (46) 98825-7686

Banco: 4342 C/C: 120.147-6 TRENINO CONTENTO LTDA - Chave Pix: 56.108.781/0001-97

- 8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em informar o Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 9) Nomeamos e constituímos a Sra. Adalgisa Kunz Maffessoni, portador(a) do CPF/MF sob n.º 955.999.329-15, para ser a responsável para acompanhar a execução do contrato, referente a Dispensa e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

LTDA:561087810001 LTDA:56108781000197 97

TRENINO CONTENTO Assinado de forma digital por TRENINO CONTENTO Dados: 2024.11.06 10:32:24



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 034823098-05

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 56.108.781/0001-97

Nome: TRENINO CONTENTO LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/01/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TRENINO CONTENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 56.108.781/0001-97 Certidão n°: 68535457/2024

Expedição: 07/10/2024, às 08:33:26

Validade: 05/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **TRENINO CONTENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **56.108.781/0001-97**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

56.108.781/0001-97

Razão Social:

TRENINO CONTENTO LTDA

Endereço:

R MATO GROSSO 441 CON D RESIDENCIAL / PRESIDENTE KENNEDY /

FRANCISCO BELTRAO / PR / 85605-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/10/2024 a 20/11/2024

Certificação Número: 2024102222186291747952

Informação obtida em 06/11/2024 13:44:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA N°34746/2024

RAZÃO SOCIAL: TRENINO CONTENTO LTDA

CNPJ: 56.108.781/0001-97

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 322717

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ:

ENDERECO: RUA MATO GROSSO, 441 - PRES KENNEDY - COND RES MONACO/SOBRADO 3 Francisco Beltrão -

PR CEP: 85605280

ATIVIDADE: Trens turísticos, teleféricos e similares, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA

D E

EMISSÃO:

07/10/2024

DATA

DΕ

VALIDADE:

0 5 / 0 4 / 2 0 2 5

FINALIDADE:

CONCORRÊNCIA

LICITAÇÃO

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHJ9UFFHTZJXM8A2UF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão

emitida

gratuitamente

pela

nternet

em:

07/10/2024

08:40:56

Qualquer rasura invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TRENINO CONTENTO LTDA

CNPJ: 56.108.781/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:36:35 do dia 07/10/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 05/04/2025.

Código de controle da certidão: CB06.C452.17C8.0A1C Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Estado do Paraná

AUTORIZAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 07 de novembro de 2024.

No uso das atribuições que foram conferidas a mim, na situação de Prefeito Municipal, considerando o disposto no edital de dispensa de licitação, **AUTORIZO** que seja dada sequência ao processo e que sejam realizados todos os procedimentos necessários e que os mesmos estejam de acordo com a legislação vigente, diante do exposto, comunico ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

JAIME DA SILVA STANG Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO Nº 200/2024

Processo nº 129/2024 Dispensa de Licitação nº 38/2024

RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada para análise jurídica quanto à legalidade do Processo Licitatório nº 129/2024, que trata de Dispensa de Licitação nº 38, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do Papai Noel para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Instruem o processo: solicitação de contratação; autorização de abertura do procedimento administrativo; Comunicação Interna Departamento Contábil; Comunicação Interna Departamento Jurídico; Parecer contábil com indicação de recursos orçamentário; Termo de Referência; Edital; e, Contrato.

Após a devida instrução, por meio de atos ratificados por seus agentes públicos, veio para consulta jurídica quanto aos aspectos jurídicos relativos tão somente a condução do procedimento.

É o breve relatório.

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, a emissão desta consulta jurídica não significa vinculação ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando a competência técnica da Administração.

Salientamos que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações. Sobre tais dados, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis a sua adequação às necessidades da Administração.

Cumpre esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui a Assessoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a





Estado do Paraná

oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços e quantitativos entendidos como necessários, bem como a forma de execução.

DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Pelo dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Em linhas gerais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que





Estado do Paraná

elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

 IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Quanto a fase preparatória do processo licitatório, conforme o caput do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, deve compatibilizar-se com o plano de contratação anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12, da mesma lei.

O Termo de Referência, parte integrante desse processo apresenta a descrição do objeto; Prazo e forma de execução dos serviços; a justificativa para contratação; obrigações da contratada; obrigações da contratante; Qualificação técnica; Gerência e fiscalização do contrato; condições do pagamento; do reajuste de preços. Destacamos que os itens essenciais estão elencados no presente termo de referência.

Quanto a modalidade da dispensa de licitação, importante ressaltar que a Constituição Federal dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras,





Estado do Paraná

serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O texto constitucional estabeleceu, portanto, a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para a contratação de obras, serviços, compras e alienações. Tal procedimento é denominado de licitação, onde se assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Resta, portanto, demonstrado o pilar constitucional de que foi acolhida a presença de que a prévia licitação à contratação é mais vantajosa para a Administração Pública. No entanto, embora seja um dever, a licitação só é exigível quando a situação fática permitir a sua realização, restando afastada quando houver inviabilidade de competição ou nos casos de dispensa de licitação.

O art. 75 da Lei nº. 14.133/21 prescreve taxativamente as hipóteses nas quais o administrador público poderá dispensar o procedimento de licitação, dentre as quais, a hipótese pretendida no presente procedimento:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

De acordo com o art. 72, da Lei nº. 14.133/21,

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

A análise realizada no presente processo evidenciou que os requisitos relacionados nos incisos do artigo supra citados, foram atendidos. Lado outro, também foram realizadas cotações a fim de balizar o custo do serviço e justificar o preço.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE Estado do Paraná



Destarte, encerrada a instrução da fase preparatória, o processo licitatório seguirá a autoridade competente, a qual determinará a divulgação do edital de licitação, em conformidade com o art. 54, Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÕES

Diante do exposto e do exame dos documentos referenciados no procedimento, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade da contratação direta, visando atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Ainda, considerando a necessidade da análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, opino para que o controle interno do município seja notificado, para que tenha ciência quanto o andamento do presente processo licitatório.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 11 de novembro de 2024.

JULIANA MARA
NESPOLO:00832
673951
Ambah de forma de plut per ASUMA
MANANGO CORRESTORIO
DE 108, 1975-2004 un Control de forma
Maria (1975-2004) un

JULIANA MARA NESPOLO Procuradora Jurídica Municipal OAB/PR 49.390





Estado do Paraná

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº. 38/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 129/2024 DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICO, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº. 14.133/21, contendo parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que declarou dispensável a licitação nos termos do diploma legal invocado, referente à contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do Papai Noel para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme solicitação, edital e orçamentos em anexo ao processo.

CONTRATADA: TRENINO CONTENTO LTDA

CNPJ: 56.108.781/0001-97

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 120 (cento e vinte) dias.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 07 de novembro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 08 de Novembro de 2024

Ano XIV – Edição Nº 3236

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº. 38/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 129/2024 DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICO, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº. 14.133/21, contendo parecer urícico da Procuradoria Jurídica de Município, que declarou dispensável a licitação nos termos do diploma legal invocado, referente à contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do Papai Noel para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme solicitação, edital e orçamentos em anexo ao processo.
CONTRATADA: TRENINO CONTENTO LTDA

CNPJ: 56.108.781/0001-97

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). VIGÊNCIA CONTRATUAL: 120 (cento e vinte) dias. Nova Esperança do Sudoeste, PR, 07 de novembro de 2024.

JAIME DA SILVA STANG - Prefeito Municipal

Constantion out





Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 327/2024
REFERENTE A DISPENSA POR LIMITE Nº. 38/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 129/2024
DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR,

CNPJ: 95.589.289/0001-32

CONTRATADA: TRENINO CONTENTO LTDA - CNPJ: 56.108.781/0001-97

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do Papai Noel para as festividades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

DO VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 07 de março de 2025.

FORO: Comarca de Salto do Lontra - Paraná.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 08 de novembro de 2024

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira 11 de Novembro de 2024

Ano XIV - Edição Nº 3237

PREFEITURA MUNICIPAL DE **NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 327/2024
REFERENTE A DISPENSA POR LIMITE Nº. 38/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 129/2024 DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2024 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR, CNPJ: 95.589.289/0001-32 CONTRATADA: TRENINO CONTENTO LTDA - CNPJ: 56.108.781/0001-97 DO OBJETO: Contratação de empresa espucializada para locação de veículo caracterizado como trenzinho do Papai Noel para as festidades de natal no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Parana. DO VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 07 de março de 2025. FORO: Comarca de Salto do Lontra - Paraná. Nova Esperança do Sudoeste, PR, 08 de novembro de 2024 JAIME DA SILVA STANG - Prefeito from cipal Cod438967